

Suplemento



Diário Oficial

Estado de São Paulo

Diário da Assembléia Legislativa - 13ª Legislatura

Presidente: Paulo Kobayashi

1º Vice-Presidente: Vaz de Lima
2º Vice-Presidente: Luiz Carlos da Silva

1º Secretário: Milton Monti
2º Secretária: Maria Cecília Passarelli

3º Secretário: Roque Barbieri
4º Secretário: Sylvio Martini

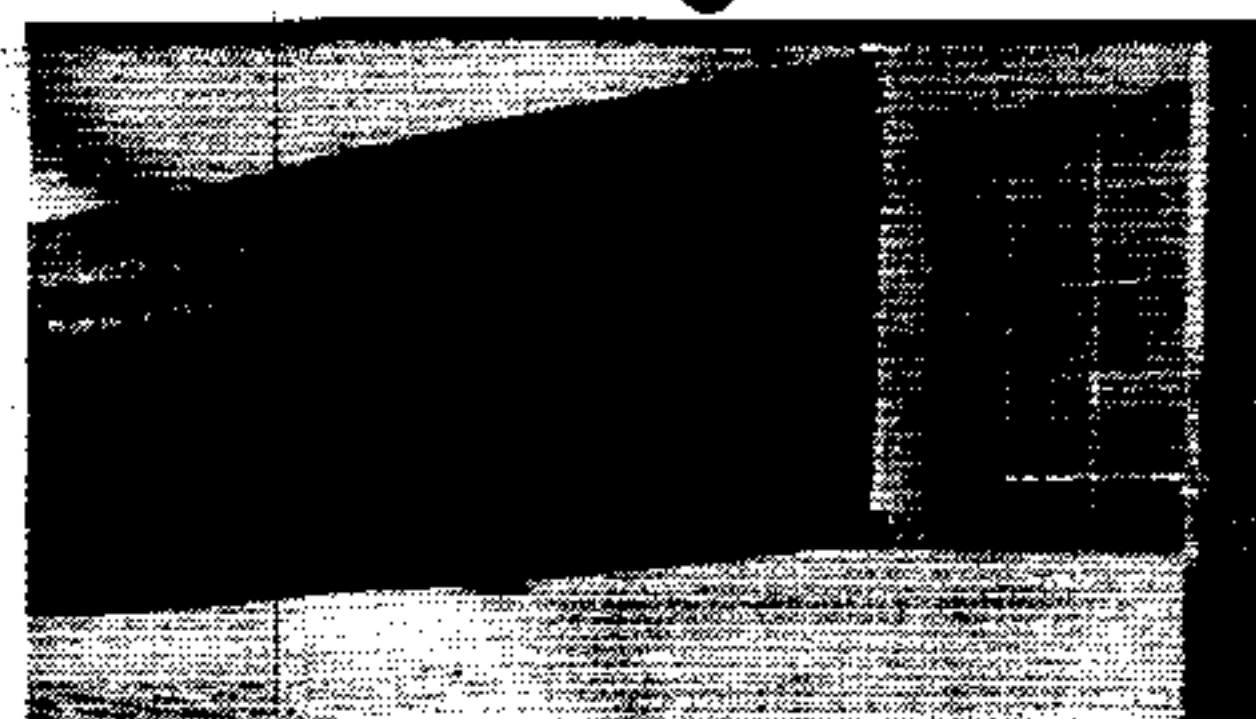
Palácio Nove de Julho
Av. Pedro Álvares Cabral, S/Nº
Ibirapuera - Fone: 886-6122

PORTE PAGO

DR/SP

ISR - 40 - 3051/81

Poder Legislativo



<http://www.imesp.com.br>

Volume 108 • Número 92 • São Paulo, sábado, 16 de maio de 1998

BALANÇO GERAL

Contas do exercício de 1997

EXPEDIENTE

30 DE ABRIL DE 1998
55ª SESSÃO ORDINÁRIA,
DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA,
DA 13ª LEGISLATURA

São Paulo, 30 de abril de 1998

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, tendo em vista o disposto no artigo 47, inciso IX, da Constituição Estadual, o Balanço Geral do Estado, elaborado em consonância com as normas da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, acompanhado do Relatório sobre as Contas do Exercício Financeiro de 1997.

Outrossim, comunico a Vossa Excelência que estão sendo transmitidos ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado idênticos documentos.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

MÁRIO COVAS
GOVERNADOR DO ESTADO

A Sua Excelência o Senhor Deputado Paulo Kobayashi, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

RELATÓRIO DO TESOUREO ESTADUAL

EXERCÍCIO DE 1997

APRESENTAÇÃO

No terceiro ano da Administração Mário Covas, novos avanços foram alcançados na direção dos objetivos e metas fixados nos documentos "Diretrizes Políticas de Uma Candidatura" e "Propostas Setoriais", que contêm os compromissos assumidos pelo, então, candidato a Governador, Senador Mário Covas, entre os quais se destacam: conferir prioridade absoluta à tarefa de restaurar as finanças públicas estaduais, eliminando o déficit orçamentário, equacionar a dívida pública, recuperar o sistema financeiro estadual e modernizar a administração fazendária, particularmente através da informatização, tanto para aumentar a arrecadação e prestar melhores serviços para o contribuinte como para melhorar o controle e dar transparência às despesas, aumentando a eficiência e eficácia do Governo. O objetivo final é incrementar a oferta de serviços públicos, melhorar sua qualidade e aumentar os investimentos do Estado.

Neste relatório são apresentados os principais resultados da estratégia de restauração das finanças públicas do Estado de São Paulo adotada pelo Governo a partir de 1995, sendo que maior ênfase é dada às informações do exercício financeiro de 1997. Cabe ressaltar que, a partir deste ano, com a entrada das Autarquias e Fundações no Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de São Paulo (SIAFEM-SP), o Governo passou a publicar o Balanço Consolidado das Administrações Direta e Indireta (Autarquias e Fundações). Este Balanço registrou um superávit orçamentário de R\$ 581 milhões (a preços correntes), o que se deve ao resultado superavitário das entidades descentralizadas, as quais têm autonomia do ponto de vista da gestão do Orçamento.

As informações constantes deste Relatório se referem apenas aos recursos que estão sob controle do Tesouro Estadual, bem como àqueles cuja aplicação obedece à legislação específica mas que transitam pelo Tesouro, incrementando receitas e despesas (ex.: taxas e multas de trânsito). Sua abrangência, portanto, restringe-se às receitas e despesas da Administração Direta e às transferências do Tesouro a Empresas, Autarquias e Fundações. Do ponto de vista orçamentário, este universo equivale às fontes "Recursos do Tesouro Estadual" e "Recursos Vinculados Estaduais" (respectivamente fontes 1 e 2), cujo resultado orçamentário em 1997 foi superavitário em R\$ 80 milhões (a preços correntes).

Na primeira parte do Relatório são descritos os principais resultados da execução da política fiscal. Na segunda, faz-se uma análise da renegociação da dívida com o Governo Federal e seus efeitos. Na terceira parte, faz-se uma descrição do processo de modernização da receita estadual e da gestão orçamentária e financeira. Finalmente, a última parte traz informações referentes à execução orçamentária das Secretarias de Estado e dos repasses do Tesouro às entidades vinculadas, incluindo sua materialização em termos da prestação de serviços e investimentos públicos.